

A MORADA DO BARÃO

A sede de um dos mais promissores engenhos de açúcar do país abrigará o Museu do Nordeste Barão de Jeremoabo em Itapicuru

Texto **RONALDO JACOBINA** rjacobina@grupoatarde.com.br
Foto **FERNANDO VIVAS** vivasf@gmail.com

« **N**o dia em que os ingleses tomarem conta do Brasil verão que aqui morou um homem de bom gosto”, costumava dizer o barão de Jeremoabo Cícero Dantas Martins (1838-1903) aos críticos do monumental palacete que ergueu em meio às terras áridas da zona rural do município de Itapicuru, distante cerca de 230 quilômetros da capital baiana. Passados 120 anos desde a pomposa inauguração, em 1894, o casarão – de leve estilo neoclássico – ainda reina soberano na pradaria.

O bom gosto do seu fundador ainda está presente de fato, não somente na imponente construção, projetada pelo engenheiro José Ferreira Ramos, mas, também, no mobiliário de madeiras nobres, nos mármore, porcelanas, cristais, espelhos e pratarias de origem europeia – como era regra entre os aristocratas da época. Depois de atravessar gerações, o palacete fechou as portas definitivamente em 1965, depois da morte de sua última moradora, a nora do barão, Ana Adelaide.

A partir de então, a propriedade de 20 mil tarefas foi dividida entre os nove herdeiros, que decidiram transformar a área onde está o casarão em um condomínio. “Nós queríamos preservar esse patrimônio e esta foi a maneira que encontramos para deixá-lo intacto para as próximas gerações”, diz o bisneto do barão, Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior, 43. Apesar dos esforços da família para manter o solar, erguido onde no passado funcionou um dos

mais promissores engenhos de açúcar do país, a construção esteve prestes a ruir. Em 1994, o palacete foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado (Ipac), que investiu R\$ 500 mil numa reforma estrutural que envolveu a troca do telhado, das madeiras e a recuperação de vigas e paredes.

MUSEU

Embora ainda conserve grande parte do acervo em boas condições, o prédio carece de investimentos para sua total recuperação. A ideia da família é transformá-lo no Museu do Nordeste Barão de Jeremoabo. “O nosso projeto é transformá-lo num espaço de visitação, mas que seja autossustentável”, explica Júnior.

Para isso, os herdeiros submeteram um projeto às leis de incentivo à cultura para angariar os recursos para restauração do mobiliário, quadros, livros raros e da pintura original das paredes e forros. “Encaminhamos um projeto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e estamos na expectativa de sua aprovação para que possamos captar recursos na iniciativa privada e dar continuidade ao processo de restauro”.

Esta análise, de acordo com o superintendente do Iphan, Carlos Amorim, já foi concluída, e o projeto do Museu do Nordeste Barão de Jeremoabo, aprovado pelo órgão. “Já recebeu o aval do Iphan e foi encaminhado para o Conselho Nacional de Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura, com o sinal verde para que os proponen-



tes possam fazer a captação de até R\$ 5 milhões”, revelou o dirigente.

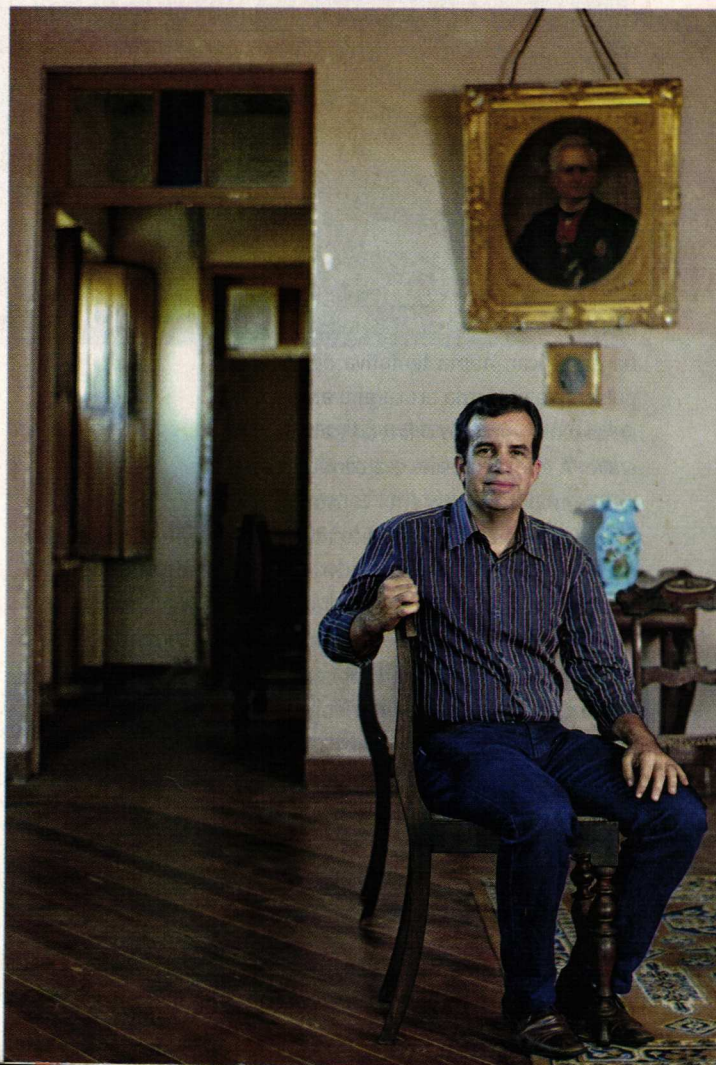
REFINAMENTO ARQUITETÔNICO

O sobrado da família Dantas destaca-se na paisagem árida do sertão. Para alcançá-lo, no entanto, é preciso cruzar a estrada de barro que o separa sete quilômetros da sede do município. A imponência da construção não permite que passe despercebido por quem passa por ali. Sua beleza pode ser conferida tanto na fachada principal quanto na dos fundos.

Rodeada por gradis de ferro, a casa guarda verdadeiros tesouros. Um deles é a capela com altar-mor em estilo neoclássico que é alcançada após vencer as duas dezenas de degraus da escada de jacarandá que leva ao andar superior. No alto, imagens barrocas dividem espaço com pratarias e até com as indumentárias que o vigário utiliza nas celebrações.

“Meu bisavô gostava de casa cheia e, sempre, antes de cada comemoração,

Acima, fachada do casarão e, ao lado, o bisneto do barão, Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior





uma missa era celebrada”, conta o bisneto. Difícil dizer qual dos cômodos da residência encantará mais o visitante. Alguns deles despertarão a curiosidade: a biblioteca, repleta de obras raras, algumas com dedicatórias de seus célebres autores, como Ruy Barbosa; e o banheiro. O único da casa, que fica na área externa

TÍTULO DE NOBREZA

O culto fazendeiro e industrial do ramo açucareiro ganhou o título de barão do imperador D. Pedro II, como reconhecimento pelo seu empenho em modernizar sua usina de açúcar, numa tentativa de manter pulsante a indústria açucareira ameaçada de se extinguir após o fim do trabalho escravo. À época, a usina era considerada a quinta maior do país e foi construída em sociedade com seu sogro, o conde de Sergimirim, e com o cunhado, o visconde de Oliveira.

Bacharel em direito, Cícero Dantas Martins foi deputado do Império por quatro vezes e senador por uma. Proprietário de 61 fazendas, que juntas somavam 21 mil quilômetros de terras na região, era um homem dado a leitura, política, festas e celebrações. “A sede da fazenda sempre foi muito movimentada. Não só pela atuação

O salão de banquetes, a área dos fundos do casarão, um dos quartos, com mobiliário original, a capela e detalhes da sala de visitas

Xícara do barão: proteção para não molhar o bigode



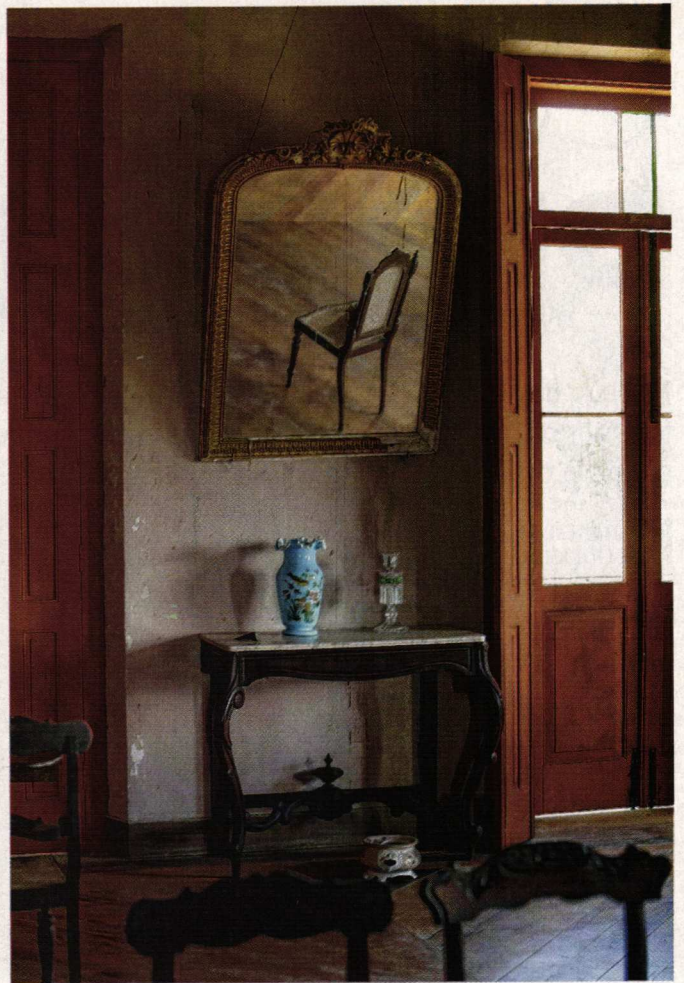
política de meu bisavô, mas pelo seu gosto pelas reuniões festivas”, conta o bisneto Júnior, que, ao lado do pai, Álvaro Pinto Martins de Carvalho, 80, cuida de manter essa tradição. Na comemoração dos 120 anos do solar, em agosto último, reuniu 250 descendentes do barão de Jeremoabo numa festa na fazenda, que, entre missa, discursos e muita comida, durou três dias.

A Fazenda Santo Antônio de Camuciá — que já foi habitada por índios das tribos Kiriris, Payayá e Tupinambás e teve os primeiros habitantes europeus nos séculos 16 e 17 com desbravadores portugueses e distribuição das sesmarias — é, segundo o arquiteto Paulo Ormino, de grande valor histórico, por estar ligada à expansão dos “currais” de Garcia D’Ávila no Nordeste, tendo pertencido a Garcia D’Ávila Pereira, filho de Francisco Dias D’Ávila II.

Foi Paulo Ormino que, juntamente com Consuelo Pondé de Sena, ajudou a defender o tombamento do solar. “Quando nós fizemos o Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, visitamos a Camuciá e percebemos o seu imenso valor histórico. Não somente pelo seu patrimônio arquitetônico, mas pela sua história”, conta o arquiteto.

Segundo Ormino, “foi em 1823 que o capitão-mor João D’Antas partiu dali para Cachoeira, onde organizou o Regimento de Cavalaria de Milícias, com 500 homens, em grande parte do Vale do Itapicuru, que marchou para os campos de Pirajá para consolidar a independência da Bahia e do Brasil”. João D’Antas era neto do português Baltazar dos Reis Porto, procurador da Casa da Torre, que adquiriu a propriedade onde hoje está o solar, em 1754.

A atual sede, segundo o arquiteto, levou quatro anos para ser construída. “A planta, que se guardava no monumento, é de um grande rigor geométrico e lembra uma vileta toscana estruturada em torno de um grande hall central. Quando o visitei na década de



1980, o sobrado ainda guardava um precioso recheio, como a capela com retábulo neoclássico, cadeiras austríacas de palhinha na sala de jantar, quadros e documentos em sua biblioteca. Tudo em razoável estado de conservação. Em volta da casa tinha uma série de dependências e pavilhões de serviço, inclusive uma velha senzala, mas o engenho propriamente dito, situado na margem do rio Itapicuru, já havia desaparecido”.

As dependências às quais Ormino se refere não existem mais. Foram eternizadas nas centenas de fotografias que integram o acervo do solar. Todas já devidamente catalogadas por Álvaro Júnior, que, não por acaso, tornou-se historiador e cuja tese de mestrado foi sobre o Camuciatá. “Quando crianças, passávamos sempre as férias aqui, com minha avó, mas elas foram destruídas pela ação do tempo”, explica o bisneto do barão.

COMO CHEGAR
BR-110, sentido Alagoinhas. Entra em Olindina e vai até a ponte sobre o rio Itapicuru. Entra à esquerda e segue 12 km (estrada de barro)

Ao saber do projeto de recuperação do solar, Paulo Ormino comemora: “A restauração é muito importante, mas importante também é que o estado lhe atribua ao espaço uma função sociocultural, como, por exemplo, o Museu da Civilização do Couro, e cuide de sua manutenção, pois só o exercício e o uso conservam o corpo e a memória”. O destino do casarão já está sendo traçado. Resta torcer para que as obras de restauro sejam concluídas. Assim, as futuras gerações poderão ter a sorte que os ingleses não tiveram: de ver que ali morou um homem de bom gosto. «